

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº _____, DE 2003
(Do Sr. José Carlos Aleluia e outros)

Denomina o Anexo III da Câmara dos Deputados, "Edifício Deputado Manoel Novaes".

A CÂMARA DOS DEPUTADOS RESOLVE:

Art. 1º - Fica o Anexo III da Câmara dos Deputados denominado "Edifício Deputado Manoel Novaes".

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Dar ao edifício do Anexo III da Câmara dos Deputados o nome de Manoel Novaes significa prestar uma justa homenagem a um homem que dedicou a sua vida ao parlamento brasileiro, onde exerceu por mais de três décadas consecutivas nesta Casa Legislativa o mandato popular, com extrema dedicação e competência. Durante toda a sua vida parlamentar, foi fonte de inspiração e de referência para os jovens, para os novos e antigos deputados, pela maneira decente e companheirismo com que soube representar este Parlamento.

Graças a seu empenho foi aprovada uma emenda, na constituinte de 1946, que destinava recursos suficientes para viabilizar sucessivos programas de investimentos que impulsionaram o progresso da região do Vale do São Francisco e, posteriormente, criada, pelo Governo Federal, a Comissão do Vale do São Francisco - CVSF, em 1967 transformada em Superintendência do Vale do São Francisco - SUVALE e, já na década de 70, em Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF, órgão voltado, desde sua origem, para o desenvolvimento da região, com ênfase na agricultura irrigada nos Estados de Alagoas, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe e parte do Distrito Federal, perfazendo 640.000 km² do Vale e no ano 2000, a CODEVASF passou a atuar também, no Vale do Rio Parnaíba, numa área de 340.000 km², abrangendo os Estados do Maranhão e Piauí.

Manoel Cavalcanti de Novaes nasceu em Floresta (PE) no dia 6 de março de 1908, filho de João Novaes e de Benvinda Cavalcanti Novaes.

Estudou no Ginásio de Recife e no Ginásio Pernambucano, na capital de seu estado, ingressando em seguida na Faculdade de Medicina da Bahia.

Participou da campanha da Aliança Liberal em 1929 e 1930, integrando caravanas de propaganda que percorreram o interior da Bahia, escrevendo em jornais e discursando em comícios.

Elegeu-se em maio de 1933 deputado pela Bahia à Assembléia Nacional Constituinte pelo Partido Social Democrático (PSD) e após a promulgação da nova Carta (16/7/1934) e a

eleição do presidente da República, teve o mandato estendido até maio de 1935. Reeleito em outubro de 1934, permaneceu na Câmara dos Deputados até novembro de 1937, quando, com o advento do Estado Novo, foram suprimidos os órgãos legislativos do país.

Após a extinção do Estado Novo (29/10/1945), voltou a eleger-se deputado constituinte pela Bahia em dezembro de 1945, agora na legenda da União Democrática Nacional (UDN). Assumindo a cadeira em fevereiro de 1946, participou dos trabalhos constituintes e, depois de promulgada a nova Constituição (18/9/1946), passou a exercer o mandato ordinário. Presidiu então a Comissão Permanente de Transporte e Comunicações e a Comissão Especial da Bacia do São Francisco, além de integrar a comissão mista encarregada de examinar a situação econômico-financeira da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Ainda nesse período integrou, de 1949 a 1950, o conselho consultivo do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), associação civil fundada em abril de 1948 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, com o objetivo de promover uma "larga campanha de esclarecimento da opinião pública, através de artigos, conferências, debates, comícios, caravanas e demais meios constitucionais e democráticos, visando à congregação dos brasileiros que pugnavam pela tese nacionalista de exploração das jazidas pelo monopólio estatal".

Foi um dos fundadores do Partido Republicano na Bahia e que presidiria até a extinção do partido em 1964. Em outubro de 1950 reelegeu-se deputado federal na coligação da Aliança Democrática, integrada pelo Partido Republicano (PR), a UDN, o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Social Progressista (PSP) e o Partido Democrata Cristão (PDC). No início da legislatura integrou a Comissão do Orçamento, na qual permaneceria até 1971. Em maio de 1952 tornou-se vice-líder do Partido Republicano na Câmara dos Deputados e em outubro de 1954 voltou a se reeleger, desta vez na legenda da Aliança Republicana Cristã, constituída pelo PR e o PDC, sendo designado, em dezembro de 1955, vice-líder da minoria e do PR na Câmara. Em outubro de 1957 assumiu a condição de vice-líder do Bloco Parlamentar Oposicionista e, em novembro de 1958, foi ratificado como vice-líder do seu partido na Câmara.

Nas eleições de outubro de 1958 teve renovado o seu mandato federal, ao qual concorreu na legenda da Aliança Trabalhista, integrada pelo PR, o Partido da Representação Popular (PRP) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Novamente reeleito em outubro de 1962, com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior implantação do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena).

Em novembro de 1966 elegeu-se mais uma vez deputado federal na legenda da Arena, bem como em novembro de 1970. Nesta última legislatura, iniciada em fevereiro de 1971, tornou-se membro efetivo das comissões de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas e de Ciência e Tecnologia, sendo ainda suplente da Comissão de Saúde. Reelegeu-se em 1974 e 1978. Durante esta última legislatura, iniciada em fevereiro de 1979, filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS), surgido após a extinção do bipartidarismo em novembro desse mesmo ano, sendo ainda escolhido para presidir a Comissão do Interior da Câmara dos Deputados e integrar como membro suplente a Comissão de Comunicação.

Em novembro de 1982 voltou a reeleger-se deputado federal na legenda do PDS, cumprindo o mandato a partir de fevereiro de 1983. Nesta legislatura, participou como suplente da Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas.

Em 1986, Manoel Novaes transferiu-se para o Partido da Frente Liberal (PFL) e disputou as eleições de novembro. Entretanto, o deputado que tinha obtido 12 mandatos

consecutivos, não conseguiu se reeleger para aquela que seria a sua terceira participação em uma Assembléia Constituinte.

Deixou a Câmara dos Deputados em janeiro de 1987, ao final da legislatura, retirando-se definitivamente da vida política.

Publicou, em 1989, Memórias do São Francisco.

Faleceu em Brasília em 23 de janeiro de 1992.

Viúvo de Neci Santos Novaes, deputada federal pela Bahia de 1963 a 1975, e falecida em 31 de outubro de 1979, casou-se pela segunda vez com Dagmar Novaes.

Sala das Sessões, em ____ / ____ / 2003.

Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA